

SUMÁRIO

Introdução

1. Da Ação Rescisória
 - 1.1 Considerações iniciais
 - 1.2 Esboço histórico
 - 1.2.1 Direito romano
 - 1.2.2 Ordenações reinícolas
 - 1.2.3 No Brasil
 - 1.3 Direito estrangeiro
 - 1.3.1 Itália
 - 1.3.2 França
 - 1.3.3 Alemanha
 - 1.3.4 Espanha
 - 1.3.5 Portugal
 - 1.3.6 Direito canônico
2. Do Cabimento da Ação Rescisória
 - 2.1 Do cabimento da ação rescisória
 - 2.1.1 Considerações iniciais
 - 2.1.1.1 Do conceito
 - 2.1.2 Da natureza jurídica da ação rescisória
 - 2.2 Cabimento no processo civil
 - 2.2.1 Considerações iniciais
 - 2.2.2 Cabimento de rescisória quando a citação foi nula
 - 2.2.3 Cabimento de rescisória em sentença declaratória incidental
 - 2.2.4 Cabimento de rescisória de sentença proferida em ação monitória
 - 2.2.4.1 Considerações iniciais sobre ação monitória
 - 2.2.4.2 Pressupostos
 - 2.2.4.3 Natureza jurídica da ação injuntiva
 - 2.2.4.4 Competência
 - 2.2.4.5 Procedimento
 - 2.2.4.6 Natureza jurídica dos embargos monitórios
 - 2.2.4.7 Recursos
 - 2.2.4.8 Monitória contra a Fazenda Pública
 - 2.2.4.9 Conclusões sobre rescisória em sentença prolatada em ação monitória
 - 2.2.5 Rescisória de sentença prolatada por juiz arbitral
 - 2.2.6 Cabimento de rescisória de sentença proferida em outra ação rescisória
 - 2.2.7 Outras sentenças – cabimento
 - 2.2.8 Sentenças que não ensejam ação rescisória
 - 2.3 Cabimento no processo trabalhista
 - 2.4 Tratamento legislativo
3. Da Admissibilidade da Ação Rescisória

- 3.1 Admissibilidade (fundamentos)
 - 3.1.1 Considerações iniciais
 - 3.1.2 Admissibilidade decorrente da *quaestio juris*
 - 3.1.2.1 Quando a decisão ofender coisa julgada
 - 3.1.2.2 Quando a decisão violar manifestamente norma jurídica
 - 3.1.2.2.1 Rescisória de violação de norma jurídica e a exigência de prequestionamento
 - 3.1.2.2.2 Rescisória em face de violação de jurisprudências (súmulas e orientações jurisprudenciais) e costume
 - 3.1.2.2.3 Rescisória de violação de princípios gerais do direito
 - 3.1.2.2.4 Rescisória decorrente de modificação de jurisprudência
 - 3.1.3 Admissibilidade decorrente da *quaestio facti*
 - 3.1.3.1 Quando a decisão rescindenda se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal, ou seja, provada na própria rescisória
 - 3.1.3.2 Quando “obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável”
 - 3.1.3.3 Quando “houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença”, nos termos do antigo CPC
 - 3.1.3.3.1 Transação
 - 3.1.3.3.2 Confissão
 - 3.1.3.3.3 Desistência
 - 3.1.3.4 Quando “for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos”
 - 3.1.4 Admissibilidade decorrente da figura do juiz
 - 3.1.4.1 Circunstâncias pessoais do juiz
 - 3.1.4.1.1 Prevaricação
 - 3.1.4.1.2 Concussão
 - 3.1.4.1.3 Corrupção
 - 3.1.4.2 Circunstâncias funcionais
 - 3.1.4.2.1 Incompetência absoluta
 - 3.1.4.2.2 Impedimento
 - 3.1.5 Admissibilidade decorrente do dolo ou fraude à lei
 - 3.1.6 Outros casos de admissibilidade
 - 3.1.7 Aplicação do brocardo *jura novit curia*
- 4. Do Processamento da Ação Rescisória
 - 4.1 Processamento
 - 4.1.1 Observações preliminares (prazo)
 - 4.1.2 Requisitos gerais da petição inicial da rescisória
 - 4.1.2.1 Considerações iniciais
 - 4.1.2.2 Juiz a quem é dirigida
 - 4.1.2.3 Partes e suas qualificações
 - 4.1.2.4 Fundamentos jurídicos do pedido
 - 4.1.2.5 O pedido e suas especificações
 - 4.1.2.6 Valor da causa
 - 4.1.2.7 Os meios de prova
 - 4.1.2.8 Instrumento de mandato
 - 4.1.3 Requisitos específicos da petição inicial da rescisória

- 4.1.3.1 Prova do trânsito em julgado da decisão
 - 4.1.3.2 Requerimento da cumulação do *judiscium rescindens* com o *judiscium rescissorium*
 - 4.1.3.3 Prova do depósito de 5% sobre o valor da causa
 - 4.1.4 Pressupostos processuais
 - 4.1.5 Condições da ação
 - 4.1.6 Indeferimento da petição inicial
 - 4.1.7 Resposta do réu
 - 4.1.7.1 Contestação
 - 4.1.7.2 Revelia
 - 4.1.7.3 Reconvenção
 - 4.1.7.4 Prova
 - 4.1.7.5 Transação
 - 4.1.7.6 Razões finais, intervenção de terceiro, prescrição, execução, cautelar, irretroatividade da lei
- 5. Da Legitimidade na Ação Rescisória
 - 5.1 Legitimidade
 - 5.1.1 Legitimidade ativa
 - 5.1.1.1 Legitimidade ativa de quem foi parte na ação matriz
 - 5.1.1.2 Legitimidade ativa do Ministério Público
 - 5.1.1.3 Legitimidade ativa de terceiros
 - 5.1.2 Legitimidade passiva
- 6. Dos Efeitos da Ação Rescisória e a Tutela Provisória
 - 6.1 Efeitos da rescisória sobre a execução em curso
 - 6.1.1 Considerações iniciais
 - 6.1.2 Tutela provisória em ação rescisória
 - 6.1.2.1 Observações preliminares sobre tutela provisória
 - 6.1.2.2 Processamento do pedido
 - 6.1.2.3 Tutela provisória no processo do trabalho
 - 6.1.2.4 Tutela provisória contra a Fazenda Pública
 - 6.1.2.5 Conclusões sobre tutela provisória em sede de ação rescisória
 - 6.2 Órgão competente para apreciar e julgar a rescisória
 - 6.3 Intervenção obrigatória do Ministério Público na rescisória
- 7. Dos Recursos em Sede de Ação Rescisória
 - 7.1 Recursos admissíveis em rescisória no processo civil e no processo trabalhista
 - 7.1.1 No processo civil
 - 7.1.1.1 Considerações iniciais
 - 7.1.1.2 Embargos de declaração
 - 7.1.1.2.1 Considerações iniciais
 - 7.1.1.2.2 Cabimento
 - 7.1.1.2.3 Multa
 - 7.1.1.2.4 Natureza jurídica
 - 7.1.1.2.5 Considerações finais
 - 7.1.1.3 Do recurso especial
 - 7.1.1.3.1 Considerações iniciais

- 7.1.1.3.2 Cabimento
 - 7.1.1.3.3 Procedimento
 - 7.1.1.3.4 Efeito
 - 7.1.1.3.5 Preparo
 - 7.1.1.3.6 Considerações finais
 - 7.1.1.4 Do recurso extraordinário
 - 7.1.1.4.1 Considerações iniciais
 - 7.1.1.4.2 Cabimento
 - 7.1.1.4.3 Procedimento
 - 7.1.1.4.4 Efeito
 - 7.1.1.4.5 Natureza jurídica
 - 7.1.1.4.6 Preparo
 - 7.1.1.4.7 Considerações finais
 - 7.1.2 No processo trabalhista
 - 7.1.2.1 Considerações iniciais
 - 7.1.2.2 Recurso ordinário
 - 7.1.2.2.1 Considerações iniciais
 - 7.1.2.2.2 Pressupostos do recurso ordinário
 - 7.1.2.2.3 Juízo de admissibilidade
 - 7.1.2.2.4 Procedimento
- 8. Gráficos, Súmulas e Normas em Matéria Rescisória
 - 8.1 Ação rescisória em gráficos
 - 8.2 Súmulas sobre Ação Rescisória
 - 8.2.1 Súmulas do Supremo Tribunal Federal
 - 8.2.2 Súmulas do extinto TFR sobre ação rescisória
 - 8.2.3 Súmulas do TST sobre ação rescisória
 - 8.2.4 Orientações jurisprudenciais do TST sobre ação rescisória
 - 8.2.4.1 Orientações Jurisprudenciais da SDI-2
 - 8.2.5 Súmulas do STJ sobre ação rescisória
- 9. Conclusões
- 10. Parte Prática
 - 10.1 Petição inicial de rescisória, com base no inciso I do art. 966 do CPC – prevaricação, concussão ou corrupção do juiz
 - 1. Dos requisitos de admissibilidade
 - 2. Da prova do trânsito em julgado
 - 3. Dos fatos
 - 4. Do pedido
 - 10.2 Petição inicial de rescisória com base no inciso II do art. 966 do CPC – juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente
 - 1. Da prova do trânsito em julgado
 - 2. Dos fatos
 - 3. Dos pedidos
 - 10.3 Petição inicial de rescisória com base no inciso III do art. 966 do CPC – resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei
 - 1. Dos requisitos de admissibilidade

2. Da prova do trânsito em julgado
 3. Do direito violado
 4. Do pedido
- 10.4 Petição inicial de rescisória com base no inciso IV do art. 966 do CPC – ofensa à coisa julgada
1. Dos requisitos de admissibilidade
 2. Da prova do trânsito em julgado
 3. Do direito violado
 4. Do pedido
- 10.5 Petição inicial de rescisória com base no inciso V do art. 966 do CPC – violar manifestamente norma jurídica
1. Da prova do trânsito em julgado
 2. Dos requisitos de admissibilidade
 3. Dos fatos
 4. Do pedido
- 10.6 Petição inicial de rescisória com base no inciso VI do art. 966 do CPC – fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória
1. Dos requisitos de admissibilidade
 2. Da prova do trânsito em julgado
 3. Dos fatos
 4. Do pedido
- 10.7 Petição inicial de rescisória com base no inciso VII do art. 966 do CPC – prova nova
1. Dos requisitos de admissibilidade
 2. Da decisão do trânsito em julgado
 3. Dos fatos
 4. Do direito lesado
 5. Do pedido
- 10.8 Contestação de rescisória com base no inciso VIII do art. 966 do CPC – erro de fato
1. Dos fatos
 2. Do pedido

11. Jurisprudência

- 11.1 Cabimento da ação rescisória
- 11.2 Ação rescisória e admissibilidade
- 11.3 Processamento da ação rescisória
- 11.4 Legitimidade da ação rescisória
- 11.5 Efeitos da rescisória sobre a execução em curso
- 11.6 Recursos admissíveis

Bibliografia

Trabalhos Publicados do Autor